

Mulford reforça insistência dos bancos sobre os juros atrasados

por Claudia Safatle
de Brasília

A chegada do subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, a Brasília, na próxima terça-feira, coincide com a demora nas negociações do governo brasileiro com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo acordo final pressupõe que o País não terá cruzeiros suficientes para comprar as divisas necessárias ao pagamento dos credores externos.

Embora a vinda de Mulford não tenha uma ligação direta com a negociação com o FMI, tem, do ponto de vista dos assessores oficiais que estão conduzindo as negociações externas, um propósito comum: levar o governo brasileiro a pagar o máximo possível e o mais rápido possível os bancos privados internacionais, que desde meados de 1989 nada recebem a título de juro da dívida externa brasileira.

Mais do que checagem de dados e viabilidades de metas dos critérios de performance, a dificuldade de um acordo "stand-by" com o FMI está na aceitação, por parte da instituição internacional, da metodologia de contas nacionais — engenhosamente montada pelos economistas oficiais — que pressupõe um "equilíbrio macroeconômico" incompatível com o pagamento da dívida externa, pelo menos no montante desejado pelos bancos. Nesse aspecto, a vinda inesperada de Mulford ao Brasil — que na semana passada comunicou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, sua intenção de conversar com as autoridades brasileiras, para surpresa de Cardoso de Mello — traria uma importante mensagem: o governo norte-americano não está alheio à situação dos bancos norte-americanos, credores do Brasil.

"ARMADILHA PARA O FMI"

Os técnicos do Ministério da Economia montaram



David Mulford

uma equação que, aparentemente, funcionaria como uma armadilha para o FMI. Prometeram um ajuste fiscal inusitado, uma meta de expansão monetária bastante restritiva, bem ao gosto da instituição. Mas a equação só fecha se contabilizada a outra variável: a do balanço de pagamentos.

Os técnicos alegam que somente assim será possível fechar um acordo com o FMI com o compromisso selado de cumpri-lo. Os representantes do FMI que estão em Brasília há duas semanas podem até concordar com os métodos contábeis das contas nacionais, mas aceitá-los como um princípio da carta de intenções significará avaliar um acordo que paga pouco ao banqueiros credores.

Na montagem das contas está o segredo do "equilíbrio", que funcionaria da seguinte maneira: de um lado, a demanda de dividas do País, medida pela remessa de lucros e dividendos, juros devidos pelo setor privado no exterior, outros serviços que não juros e amortizações de capitais do setor privado. Na outra ponta, são calculadas as ofertas de dividas, como o saldo da balança comercial mais eventuais empréstimos externos ao setor privado. A diferença entre demanda e oferta de divisas representará exatamente a quantidade de recursos cambiais que existe na eco-

nomia disponíveis para o setor público pagar seus credores internacionais. Ou seja, na conta final estaria a constatação de uma restrição cambial ou não.

DECISÃO POLÍTICA

Pode não existir uma restrição cambial, mas pode constar uma restrição fiscal — ou seja, a quantidade de cruzeiros que o governo tem, depois do ajuste nas despesas e receitas, para comprar os dólares ofertados no mercado e pagar os juros da dívida externa. É isso que efetivamente há. Óbvio que por trás de todos os números há toda uma decisão política do governo: uma meta de superávit fiscal, uma expansão dos meios de pagamento — de 1,22% do PIB e de 9,1%, respectivamente, para este ano (sendo a meta monetá-

ria relativa ao segundo semestre).

Se a quantidade de dólares for superior aos cruzeiros disponíveis a taxa de câmbio se valorizaria (o cruzeiro se tornaria uma moeda capaz de comprar mais divisas). Se a realidade for o contrário, se desvalorizaria. Portanto, ao contrário das experiências passadas, o câmbio seria o ponto de equilíbrio final.

Tal "equilíbrio macroeconômico" que pressupõe esse modelo poderia ser buscado através de outra variável — a da dívida pública. Mais cruzeiros poderiam ser criados para comprar divisas. Só que esta seria uma opção totalmente incompatível com a estabilização perseguida pelo plano do governo Collor de Mello.